
MORAL E COMBATIVIDADE NUM FUTURO CONFLITO

MORAL E COMBATIVIDADE NUM FUTURO CONFLITO

1. Em todas as guerras, mais limitadas ou gerais, em todos os tempos e em todas as áreas do Globo, sempre foram patentes em maior ou menor dimensão, quer em unidades constituídas, quer entre o pessoal individualmente considerado, os casos de afirmação e, por vezes, de atitude confirmativa prática de não empenhamento nas tarefas da missão atribuída. Em manifestações de diversa natureza e, modernamente, utilizando os sucessivamente mais numerosos e acessíveis órgãos de Comunicação Social, tem-se procurado:

- atribuir a outros o encargo da parte da luta que a cada um cabe;
- evitar os riscos à luta inerentes à custa da propalação e exploração de esperadas ou pretensas decisões no campo político.

Tais posições, influenciando mais ou menos intensamente e mais ou menos temporariamente o equilíbrio estratégico-militar localmente vivido e a consecução das acções planeadas, têm-se algumas vezes alicerçado em razões de ordem política que o sentimento da maioria dos elementos da população das Nações respeita, acata e apoia, admitindo-as, portanto, justas — é o caso do nosso País no período que precedeu e sucedeu a 25 de Abril de 1974; noutras, porém, têm sido detectadas origens em motivações de carácter político ou outro, simplesmente demolidoras, ou em espírito de inconfessada cobardia, significando apenas entrega total, sem visar qualquer alto Objectivo Nacional, a tudo o que se ligue ao não cumprimento da missão.

Num país ordenado, com todas as suas estruturas e Instituições democráticas em funcionamento, este último caso, estas últimas posições de simples cedência não se coadunam jamais com o contexto e a realidade da luta em que a Nação se encontre empenhada as quais impõem, para apoio de compromissos assumidos ou de medidas previstas e pela necessidade de continuar a garantir a segurança de todo o Conjunto, permanente assunção de responsabilidades — a elas se dirigem estas nossas considerações.

Mas outras situações igualmente negativistas que a História Militar tem registado, nas quais se manifesta também clara atitude de oposição a determinações do Poder Político de acções de força no campo da Estratégia, se têm produzido em períodos mais ou menos afastados.

Temos, por exemplo, a elevada percentagem de faltosos verificada nas incorporações militares e nos deslocamentos para as frentes de combate, em particular nas fases mais agudas da luta, em todos os países em guerra, assim como a intensiva procura de lugares cómodos e menos perigosos nas retaguardas.

2. O comportamento das populações face a acções de guerra ou de preservação e salvaguarda da Ordem e da Segurança — estas permanentes e, por necessidade, por vezes duras e agressivas — e, fundamentalmente, o dos agentes civis, militares, militarizados ou outros a quem as mesmas devem caber na altura em primeira prioridade tem de constituir hoje, por isso, uma enorme preocupação para os responsáveis do Poder.

Em caso de conflito, como reagirão efectivamente aquelas tanto na frente como nas retaguardas?... Como aceitarão e interpretarão o sacrifício individual e colectivo perante os destrutivos meios de luta à disposição de todos os contendores?...

Estas questões projectam-se num campo de influências internas e externas em que o vector sócio-político, em especial, ou melhor, as ideologias políticas assumem particular relevância, constituindo a sua matéria pólo de acerada dúvida que há que equacionar e resolver. Pois, sabe-se, rezam os «princípios da guerra», que os conflitos grandes ou pequenos, limitados ou gerais, apresentam de início as características mássicas e dinâmicas do conflito precedente — e haverá certamente outros conflitos!

Num destacado país europeu ocidental, hoje com mais de 50 milhões de habitantes, concluiu-se, há uma vintena de anos, através de um normal *estudo de situação* visando o estado de preparação para a guerra, que, sendo representada por cerca de quinze milhões de militantes e simpatizantes a força de um dos seus partidos políticos de ideologia mais revolucionária, seria de admitir como princípio que em qualquer organismo ou unidade das suas Forças Armadas e das suas Forças de Segurança um terço do seu potencial humano poderia estar ideologicamente conotado com o referido partido e não deixaria de seguir as práticas que este proclamasse. E, genera-

lizando, uma vez que o recrutamento era geral e obrigatório, poderia ainda concluir-se que cerca de um terço dos efectivos totais das mesmas Forças estaria em idênticas condições e, consequentemente, que o seu comportamento num eventual campo de batalha ou nas retaguardas seguiria as directrizes de acção local, regional ou nacional do mesmo partido.

Limitando o âmbito das questões anteriores, pode agora inquirir-se, concretizando um pouco: mantendo-se tal situação, como reagiriam os organismos e unidades referidos num conflito clássico ou nuclear conduzido contra países em que a ideologia daquele partido se encontrasse mais ou menos ferreamente implantada?...

Poderemos concluir elementos de resposta para esta nova questão, ainda que parcelares e devendo ser tomados com os cuidados inerentes à subjectividade do assunto, de um *inquérito* privado feito entre algumas centenas de jovens desse mesmo país, há cerca de seis anos, do qual se obtiveram valores que continuam a fazer pensar.

Verifica-se das conclusões do citado inquérito:

- Em aspectos de política de defesa e segurança,
 - 38% dos indivíduos consultados era favorável à neutralidade do país em caso de conflito «para melhor garantia da sua independência»;
 - 10%, 24% e 32% admitiam que o país que, pelo seu comportamento internacional, mais ameaçava essa independência era, respectivamente, a União Soviética, os Estados Unidos e os Países Árabes.
- No domínio da defesa operacional do território,
 - 7% aceitava bater-se até ao sacrifício da vida pelo país, sem discutir razões nem condições, desde que necessário;
 - 56% admitia a atitude anterior, mas se considerasse justa a causa por que o país se batia;
 - 32% não aceitava de modo algum o sacrifício da vida.
- No que respeita a restrições gerais de ordem individual, colectiva ou outra, como limitação dos direitos dos cidadãos, controlo de pessoas e bens, medidas de racionamento,

— 62%, apenas, dos elementos inquiridos declarava aceitar a sua aplicação para melhoria das condições de sobrevivência nacional

Eis, portanto, mais uns tantos e preocupantes exemplos dos nossos tempos que exprimem posição claramente negativa quanto à devoção e à necessidade de entrega das populações aos interesses nacionais, sendo certo que não melhoraram ainda, nem melhorarão certamente no futuro, pelo menos de forma apreciável, as condições de ambiente susceptíveis de ocasionarem posições inversas ou algo diferentes das indicadas.

Quanto a este último aspecto, e a reforçá-lo, é conhecida a insistência em propagandas de ideologias nefastas aos interesses morais e materiais dos países do denominado Bloco Ocidental, sabendo-se por outro lado não terem esmorecido entre as suas populações as incertezas e apreensões em relação aos enormes sacrifícios que um eventual conflito lhes poderá acarretar; deste modo, uma boa parte destas estará inclinada para a aceitação das soluções correspondentes, mesmo que se traduzam em prejuízo para o respectivo país. E se o opositor eventual aplicar a tal situação, que lhe é nitidamente favorável, uma adequada acção psicológica e nela fizer intervir também a actividade de uma facção política local que lhe seja afecta será enorme o efeito total conseguido.

3. Como resultante final desta situação, por demais perniciosa e evidente, temos que o ideal de *Pátria* e o *Patriotismo* assumem hoje conceitos vãos de sentido e numa extensão que, mesmo parcelar, influencia todo o Conjunto. É possível detectar uma solidariedade quase universal entre classes e grupos activos, desarraigados e destruidores na prática do abandono e da abdicação de princípios morais que, eles, sabem o que fazem e o que pretendem.

Deve acrescentar-se que tão importante aspecto do comportamento do potencial humano à disposição dos Estados não tem sido, ao que se advinha, adequadamente por estes apreciado e considerado, nem mesmo, apesar da relevância especial que neles deveria merecer, nos Países da Aliança principal — a NATO — que materializa de certo modo o citado Bloco. E como paralelamente não existe uma ideologia firme que os ligue, vão vogando ao sabor de tradições próprias assentes nas bases históricas que ao

longo dos tempos foram construindo, num plano aparentemente fácil mas, na realidade, com muitos e grandes obstáculos que a seu tempo se poderão fazer sentir.

No Bloco e Aliança politicamente opostos existem pelo contrário, como é conhecido, regras diferentes, um panorama distinto e definido: há uma determinada ideologia comumente estabelecida e imposta por uma minoria actuante mais ou menos alargada e há princípios e normas de feição ditatorial que, à primeira vista, não permitem aspectos de comportamento a eles negativos, originando pelo menos aparente vontade permanente e monolítica de participação.

4. A *acção pronta e efectiva* de cada país contra esta situação potencial, manifestada no espaço e no tempo, deve resultar, em princípio, do incremento da realização das duas modalidades principais seguintes que se completam e vêm sendo já naturalmente consideradas pelos Estados:

- desenvolvimento da educação e do ensino de todos os graus e do esclarecimento político, em todos os sectores e níveis, visando identificar as populações com os interesses nacionais e elevar o seu grau de patriotismo;
- reforço das normas de segurança contra atitudes e actos contrários aos mesmos interesses em todos os tempos, áreas e situações e sua integral implementação.

A execução permanente da *primeira modalidade* basilar, é, na realidade, primordial. Sempre foram os atributos morais o «grande motor da guerra e da paz» e será também o seu desenvolvimento a via fundamental para se poder educar, instruir e mentalizar as populações, combatentes e não combatentes, na adequada linha de comportamento que convier ao país em causa.

As tarefas que permitem a modalidade são imensas e variadas, devendo porém cuidar-se, paralelamente com a destruição ou neutralização das ideias e práticas prejudiciais, em insuflar nas populações grande vontade individual e colectiva de colaboração. Acção de enorme projecção, na verdade, e tanto mais difícil e demorada quanto mais longa e persistente for a intervenção de indivíduos, agrupamentos ou partidos contra os interesses que se pretende preservar. Consequentemente, por isso, a necessidade imperiosa de ser trabalhada em tempo, intensamente e actualizada.

A *segunda modalidade*, visando aumentar as condições que permitam garantir a aceitação, quando necessário, dos princípios e normas defendidos e trabalhados pela anterior, é aparentemente de mais fácil execução se tiverem sido convenientemente formuladas e preparadas as disposições adequadas; vai com ela reforçar-se o domínio legal natural que o exercício da autoridade exige para o controlo efectivo, completo e eficaz da situação.

Todavia, tais normas devem ser postas em vigor e aplicadas com oportunidade, tendo sempre em vista reais princípios de justiça, isenção e imparcialidade e atendendo aos seguintes factores naturais do seu desenvolvimento:

- grau em que o espírito de luta e a acção de comando ou de chefia se encontram em dado momento afectados;
- percentagem de elementos desafectos e activistas em relação ao conjunto da população.

O potencial das Forças e das populações de um país face à luta que deve ser de todos ficará, é evidente, profundamente afectado se o factor percentagem anterior apresentar valores elevados dado que o primeiro factor assumirá então também, certamente, dimensão altamente preocupante.

E, se não puder ser controlada, a situação irá produzindo efeitos cada vez mais graves e perniciosos para os interesses nacionais, podendo atingir-se o descalabro, primeiro local e, a seguir, mais ou menos generalizado.

5. Para poder ser ganha, esta batalha do moral e do espírito de combatividade tem de ser travada, portanto, com antecedência. E é permanente.

Se eclodir um conflito, ressaltarão desde logo os resultados conseguidos com essa luta, bem como novas linhas de força e a detecção de outras fracturas do sistema moral, psicológico e ideológico do conjunto da estrutura que a dinâmica da actividade política e estratégica aconselha a trabalhar e a colmatar.

Os perigos característicos da frente de combate e a natureza rígida do comportamento que aí tem de ser seguido, ainda que alicerçado numa disciplina consciente, levaram desde sempre à conclusão que é na Zona do Interior, na mais aberta extensão das retaguardas, que a montagem e a revelação de qualquer acção deletéria será mais fácil e profícua. Em princípio,

poderão nela manifestar-se mais à vontade os opositores de qualquer natureza, contando ainda que o relacionamento com a frente leve até esta as nefastas consequências da sua actividade derrotista ou da sua passividade e reforçando, desde modo, a acção que for possível implantar na mesma.

As Forças Armadas e as Forças de Segurança, enxertadas na população, sofrem e sofrerão particularmente no seu âmbito as inclemências desda situação potencial. As segundas, no entanto, pela sua presença diária junto das populações e pela sua intervenção constante e necessária em prol da Ordem e da Segurança, vivem permanentemente em contacto com o negativismo emergente da mesma situação; as primeiras só, praticamente, em tempo de guerra ou de emergência lhe sentirão os efeitos.

Neste domínio particular, a actuação efectiva de todas as Forças terá de orientar-se por duas frentes com tarefas conjugadas:

- a *frente interna* de cada Ramo, Corpo ou Corporação, visando detectar e destruir os efeitos conseguidos pelo adversário e, com a elevação do moral, da coesão e do espírito de corpo assim conseguida, criar e reforçar a armadura necessária ao eventual prosseguimento dos mesmos efeitos;
- a *frente exterior*, tendo em vista contribuir, pela observação, detecção e análise, para a anulação do ambiente derrotista implantado no seio dos diferentes grupos, classes e profissões da Sociedade.

Em acréscimo do esforço exercido pelos outros organismos públicos e privados nos seus domínios específicos, sem dúvida que este das Forças Armadas e das Forças de Segurança não será o de menor importância em virtude da intervenção especial e permanente dos seus meios junto de camadas diferenciadas da população.

6. O problema enunciado, mas simplesmente afluído, é real, existe efectivamente implantado e vai persistir. E antes que o precário equilíbrio entre as Nações se rompa de vez e o Mundo, já não só o Globo, se veja envolvido na maior e mais terrível hecatombe de todos os tempos, há que olhá-lo de frente, avaliar-lhe as características e as possibilidades e, para bem das pátrias, desenvolver o antídoto adequado.

Trata-se, afinal, de tornar positivo um dos muitos factores, sem dúvida este dos mais importantes, que mais directamente influenciam os grandes fins dos Estados.

30 de Novembro de 1980.

Lopes Alves

General